

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.459.774 - RS (2019/0057803-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : **BOLOGNESI EMPREENDIMENTOS LTDA**  
**ADVOGADOS** : **CARLOS EDUARDO FRANCESCHINI LOBATO - RS009139**  
**TIAGO BOECKEL MENDES - RS045296**  
**LUCAS BRAGA EICHENBERG E OUTRO(S) - RS048756**  
**IANDERSON VIEIRA SOARES - RS089282**  
**AGRAVADO** : **LUIS FERNANDO DOS SANTOS**  
**ADVOGADOS** : **MICHELE ALVES AGUIAR - RS065332**  
**BRUNO ALVES GOMES E OUTRO(S) - RS097083**

### **EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI VIOLADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 284/STF, POR AMBAS AS ALÍNEAS DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por Bolognesi Empreendimentos Ltda. contra decisão que não admitiu o processamento do apelo extremo.

Verifica-se que o agravado ajuizou ação indenizatória, julgada parcialmente procedente.

Interpostas apelações pelas partes, a Décima Nona Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul negou provimento à apelação e ao recurso adesivo, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 269):

APELAÇÃO CÍVEL. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA CONSTRUTORA-RÉ QUANTO AO PEDIDO DE DEVOLUÇÃO DOS VALORES PAGOS A TÍTULO DE "JUROS DE OBRA". Diante da alegação da parte - autora de que sofreu efetivos prejuízos materiais em decorrência do atraso na entrega do imóvel, pleiteando a restituição dos "juros de obra", a construtora-ré está legitimada a integrar o pólo passivo da relação processual. Preliminar rejeitada.  
JUROS DE OBRA. Evidente o prejuízo sofrido pelo consumidor que,

# *Superior Tribunal de Justiça*

em razão da culpa exclusiva da construtora-ré, mensalmente efetua pagamento de juros e atualização monetária sobre o saldo devedor apurado no mês, quando já poderia estar efetuando o pagamento da parcela de amortização. No caso concreto, incontroverso o atraso na expedição de habite-se e consequente extensão do prazo de construção, onde não há amortização do saldo devedor.

**DANO MORAL.** Simples transtornos ou meros dissabores nas relações econômicas e sociais não têm relevância suficiente para caracterizar dano moral. No caso concreto, inexistente comprovação de sofrimento, constrangimento, humilhação, vexame ou abalo emocional em decorrência da demora na expedição do Habite-se, não procedendo, por isso, a pretensão de indenização por danos morais.

**MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS.** Ao julgar o recurso, o Tribunal deve majorar os honorários fixados anteriormente ao advogado do vencedor, devendo considerar o trabalho adicional realizado em grau recursal (art. 85, § 11, do CPC/2015).

**APELAÇÃO E RECURSO ADESIVO DESPROVIDOS.**

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, interposto com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, a recorrente alegou a existência de divergência jurisprudencial.

Sustentou, em síntese, a sua ilegitimidade passiva para responder sobre valores adimplidos em razão do contrato de financiamento do imóvel ajustado entre o recorrido e a instituição financeira, tendo em conta que não realiza nenhuma cobrança relativa aos chamados juros de obra e tampouco é responsável pela mudança de fase nos pagamentos do financiamento contraído.

Asseverou, ainda, que, mesmo que tenha ocorrido atraso na entrega do imóvel, o recorrido não experimentou prejuízo algum, porquanto o Habite-se foi expedido no prazo previsto.

Contrarrazões às fls. 336–340 (e-STJ).

O processamento do recurso especial não foi admitido pela Corte local, levando a insurgente a interpor o presente agravo.

Contraminuta à fl. 370 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

No caso dos autos, a parte ora agravante não indicou clara e precisamente

# *Superior Tribunal de Justiça*

qual ou quais dispositivos legais teriam sido violados pelo acórdão recorrido, não observando, portanto, a técnica própria de interposição do recurso especial.

Efetivamente, se, nas razões de recurso especial, não há sequer a indicação de qual dispositivo legal teria sido malferido, com a consequente demonstração da eventual ofensa à legislação infraconstitucional, aplica-se, por analogia, o óbice contido na Súmula n. 284/STF, a inviabilizar o conhecimento do recurso também pela alínea c do permissivo constitucional.

A propósito:

“CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL. SÚMULA N. 284/STF. REAVALIAÇÃO DO CONTRATO E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A ausência de indicação do dispositivo legal supostamente violado obsta o conhecimento do recurso especial, mesmo quando interposto com base na alínea "c" do permissivo constitucional, incidindo na espécie a Súmula n. 284/STF.

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem interpretação de cláusula contratual ou incursão no contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

3. No caso concreto, a Corte de origem concluiu pela ausência de comprovação da inadimplência do agravado e pela mora da agravante. Alterar esse entendimento demandaria o reexame de matéria fática, o que é vedado em recurso especial.

4. Agravo interno a que se nega provimento.”

(AgInt no AREsp 1.059.285/AM, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 18/05/2017, DJe 25/05/2017)

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários sucumbenciais fixados em favor dos advogados da parte recorrida em 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

